

# POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E O MODELO OPEN ARCHIVES INITIATIVE (OAI)<sup>1</sup>

Marcos Antonio de Moraes<sup>2</sup>

**Resumo:** Discorre acerca das atuais mudanças na comunicação científica que com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) juntamente com a crise da comunicação científica em meados dos anos 1990 fizeram desencadear a *Open Archives Initiative* (OAI). A iniciativa de arquivos abertos como também é conhecida a OAI é responsável por delinear normas técnicas e administrativas que visam, entre outras coisas, a publicação de pesquisas científicas de forma livre e irrestrita. Na esteira desse movimento surgem políticas de informação voltadas ao acesso aberto. Essas políticas são assinadas por órgãos de fomento, órgãos governamentais, pesquisadores, entre outros. Este trabalho mostra um estudo das políticas voltadas ao modelo OAI assinadas por órgãos norte-americanos e britânicos, tendo como intuito analisar essas políticas para então mapear o atual estágio em que se encontram esses países no que diz respeito ao movimento de acesso aberto à produção científica.

**Palavras-chave:** Políticas de Informação; *Open Archives Initiative*.

## INFORMATION POLICIES AND THE OPEN ARCHIVES INITIATIVE (OAI) MODEL

**Abstract:** It is discussed the current changes in the scientific communication model that, due to the new technologies of information and communication and the crisis of the scientific communication in the middle 1990's, had provoked the emergence of the Open Archives Initiative (OAI). The Open Archives Initiative, known as OAI, is responsible to design technical and administrative norms that, among others things, aim the publication of scientific research in free and non-restrictive ways. In sequence this movement directed to the open access information policies. These policies have been signed by research agencies, governmental agencies, researchers, among others. This paper shows a study of the policies signed for North American and British agencies directed to the OAI model OAI. The aim was to analyze those policies and to design a map of the current stage of the information policies related to the open access movement in those countries.

**Key-words:** Information Policies; Open Archives Initiative.

---

<sup>1</sup> Resultado de Projeto de Iniciação Científica com apoio da Fundação Araucária sob orientação da Prof. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva

<sup>2</sup> Bibliotecário formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)  
marcosmoraes@uel.br

## Introdução

Atualmente, uma das discussões mais recorrentes na comunidade científica, dialoga acerca dos novos rumos adotados para a comunicação científica no que diz respeito à disponibilização dos resultados de pesquisas, sobretudo aquelas que são financiadas com dinheiro público. Soma-se a isso a crise dos periódicos científicos, fato marcante dos anos de 1980, e a rápida evolução tecnológica que, com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), deram um novo contorno ao processo de comunicação científica.

As discussões decorrentes dessas mudanças, juntamente com algumas experiências bem sucedidas, fizeram surgir um conjunto de normas técnicas a fim de viabilizar de um modo seguro o acesso à informação publicada na internet. A *Open Archives Initiative* (OAI) é responsável por estabelecer e disseminar essas normas, mostrando-se um grande desafio para a comunidade científica, órgão financiadores, governos entre outros atores interessados em quebrar as barreiras impostas pelas grandes editoras comerciais e construir um novo modelo de publicação científica, oferecendo disseminação mais ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas científicas.

No mundo todo, governos, organizações não-governamentais, universidades e até mesmo instituições comerciais mostram-se preocupadas com questões relativas ao modelo OAI. Tais preocupações têm levado ao estabelecimento de políticas de informação voltadas ao modelo de acesso aberto. As políticas, nesse caso, surgem sob a designação de “cartas”, “declarações” às vezes reguladas por órgãos executivos estatais, outras vezes ainda existentes como projetos de casas legislativas.

O propósito deste trabalho é estudar as políticas de informação dedicadas ao modelo OAI dos principais órgãos norte-americanos e britânicos responsáveis pelo estabelecimento das políticas de informação, sejam eles governamentais ou não-governamentais. O trabalho integra o projeto Gestão da Informação da Produção Intelectual da Universidade Estadual de Londrina desenvolvido do Departamento de Ciência da Informação da UEL.

## **Políticas de informação e o modelo Open Archives Initiative**

Política de informação é o processo pelo qual se estabelecem os parâmetros através dos quais a informação é controlada (criada, sintetizada, analisada, recuperada e usada) por seres humanos. “São mecanismos sociais usados para controle da informação e os efeitos sociais da aplicação desses mecanismos” (BURGER apud MARQUES; PINHEIRO, 2008, p. 2).

Marques e Pinheiro (2008) afirmam que as políticas de informação começaram a surgir na década de 1950, quando os governos perceberam o papel decisivo da ciência no desenvolvimento social, econômico e tecnológico dos países, além de abarcar questões militares e estratégicas, informações bastante importantes naquele momento histórico.

De fato, a política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário do pós-guerra, associado às políticas de ciência e tecnologia. O nexos da informação com a política seria então estabelecido por sua inclusão na esfera de intervenção do Estado, agora não só como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico (GÒMEZ, 2002).

Já na década de 1990, novos sistemas de comunicação, apoiados no desenvolvimento tecnológico que avançava, marcam o início de uma corrida que une governos e empresas para implantação de um novo sistema que funde "mídia de massa personalizada globalizada com a comunicação mediada por computadores" (CASTELLS, 1999 apud MARQUES; PINHEIRO, 2008).

Ainda na mesma década a crise dos periódicos surge como um dos fatores determinantes para o aparecimento de um modelo que sugere, entre outras coisas, que a publicação de resultados de pesquisas científicas seja de livre acesso a sociedade. Trata-se da *Open Archives Initiative* – OAI.

Uma das preocupações da comunidade científica hoje em dia parece ser o acesso amplo e rápido ao conhecimento científico por ela produzida. Esse fator foi essencial para desencadear o

novo modelo, denominado *Open Archives Initiative* (OAI), criado em julho de 1999, na Convenção de Santa Fé, Novo México, nos Estados Unidos.

O modelo OAI surge com o intuito de transformar o processo de comunicação científica, propor uma unidade de especificações técnicas e princípios administrativos, baseando-se na “Filosofia Aberta” para o compartilhamento das informações.

“Filosofia Aberta” quer-se definir o movimento observado nos últimos anos em que direção ao uso de ferramentas estratégias e metodologias que denotam um novo modelo de representar um igualmente novo processo de comunicação científica, ao mesmo tempo em que serve de base para interpretá-lo (COSTA, 2006, p. 45).

Para Sarmiento e colaboradores (2005), as tecnologias e serviços de internet tiveram papel muito importante nesse processo, uma vez que essas tecnologias aceleram o processo de publicação favorecendo a rápida disseminação da informação produzida. O uso dessas tecnologias dispensa a figura das editoras, além da revisão pelos pares, agilizando o acesso por parte dos interessados pelo trabalho publicado com as tecnologias disponíveis no ambiente da internet.

As primeiras experiências moldadas com a filosofia do acesso aberto tiveram início nos anos de 1990. A principal delas trata-se do repositório institucional temático *ArXiv*, na Universidade de *Cornell* de Los Alamos, Novo México, nos Estados Unidos. O repositório de Los Alamos permitia que cientistas das áreas da física pudessem enviar, de qualquer parte do mundo, seus arquivos *pre-prints* que poderiam ser recuperados também por qualquer interessado na área em qualquer parte do mundo.

Em julho de 1999 na Convenção de Santa Fé era então criada a *Open Archives Initiative* (OAI) cujas especificações técnicas e princípios administrativos propostos visavam a publicação de resultados de pesquisas científicas em canais de acesso aberto, entre outras coisas.

Bonfá (2008), apontou outras convenções, reuniões e encontros que tiveram importante papel no sentido de propagar a filosofia do acesso livre, são elas: a Convenção de Santa Fé no México em 1999; a Declaração do Movimento de Acesso Livre de Budapeste em 2002; o Manifesto

da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) em 2002; as Declarações de Bethesda e Berlim, ambas em 2003; e no Brasil, o Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à comunicação científica e a Declaração de Salvador, em 2005.

A *Budapest Access Initiative* (BOAI) de 2002 foi uma das iniciativas organizadas e planejadas, e ajudou a definir duas estratégias baseadas no uso do protocolo *Open Archives Initiative* (COSTA, 2006).

Já em 2003 foi realizada a Reunião de Bethesda, onde se discutir questões relacionadas aos direitos autorais. Também em 2003 instituiu-se a Declaração de Berlim, reunião que continuou a ser realizada anualmente. Costa (2006) ressalta que tal reunião, denominada “Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities”, tinha como principal objetivo promover a Internet como ferramenta ideal para uma nova plataforma mundial de conhecimento e reflexão.

A partir de então, o movimento de acesso aberto passou a ser discussão recorrente em comunidades científicas ao redor do mundo. De outras convenções surgiram novos manifestos que vieram reforçar e ajudaram a difundir a filosofia do acesso aberto, promovendo a criação de políticas de informação voltadas para ao novo modelo proposto. Tais políticas baseiam-se em dois pontos fundamentais: requerer que os pesquisadores depositem em um repositório de acesso aberto uma cópia do resultado de suas pesquisas, e também encorajar os pesquisadores a publicar seus artigos em periódicos de acesso aberto.

Alguns órgãos governamentais e não-governamentais concentram esforços no sentido de ampliar cada vez mais a publicação de resultados de pesquisas científicas em ambiente de acesso livre. Esses esforços surgem como orientações, sugestões ou até mesmo leis que tornam obrigatório o depósito de trabalhos em fontes de acesso livre.

É necessário, cada vez mais, estudar as políticas de informação voltada ao modelo OAI. Neste trabalho busca-se verificar o atual estágio das ações voltadas ao movimento de acesso aberto e se essas orientações surtem o efeito esperado.

## **Materiais e Métodos**

Para mapear o atual estágio das políticas de informação voltadas ao modelo OAI e descobrir quais as diretrizes adotadas pelos órgãos signatários dessas, foram escolhidos seis órgãos signatários de políticas voltadas ao modelo OAI, sendo eles três americanos (*National Institute of Health – NHI*, *Alliance For Taxpayer Access – ATA* e *American Library Association – ALA*) e três órgãos britânicos (*Open Access Team for Scotland – OATS*, *Recommendations for UK Open-Access Provision Policy* e *Joint Information System Committee – JISC*).

A escolha desses órgãos foi baseada no trabalho “Políticas de acesso aberto à informação científica: iniciativas governamentais” (SILVA; ALCARÁ, 2007). As autoras elencaram em seu trabalho os principais órgãos signatários de políticas de informação voltadas ao modelo OAI em todo o mundo, quando foram verificadas as principais diretrizes e orientações emanadas dessas políticas.

As rápidas mudanças que essas políticas sofrem faz com que seja necessária uma nova análise. Os Estados Unidos e o Reino Unido estão entre os países que mais intensificam ações em prol do movimento de acesso aberto. Por este motivo foram novamente estudadas as políticas de informação voltadas ao modelo OAI desses países.

Os *sites* mantidos pelos órgãos signatários foram as principais fontes que forneceram informações a respeito das políticas adotadas. A partir da recuperação dessas fontes foram coletados os dados necessários para a análise das políticas. Alguns órgãos não apresentaram claramente todas as suas recomendações ou orientações, isto se justifica pelo fato de que, provavelmente, as ações relacionadas ao modelo OAI ainda se encontram em discussão. De qualquer modo, os resultados foram significativos, pois deram uma visão geral do atual estágio das políticas de informação voltadas ao acesso aberto

## Resultados

Procurou-se, a partir das informações coletadas, apresentar os resultados de acordo com as ações ou orientações feitas às instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento e poder executivo dos países. Os resultados do trabalho de pesquisa são apresentados a seguir.

### National Institute of Health (NIH)

O *National Institute of Health* (NIH) é o órgão do governo norte-americano responsável por delinear as diretrizes e financiar pesquisas na área da saúde no país. O órgão mantém um site específico para informar os pesquisadores quanto às suas ações referentes ao acesso livre. As principais informações coletadas no *site* do órgão foram as seguintes:

- Para os pesquisadores que têm trabalhos financiados pelo NIH é obrigatório o depósito do resultado final da pesquisa no *PubMed Central*<sup>3</sup>;
- O depósito deve ser feito obrigatoriamente antes de se completarem 12 meses da publicação oficial do trabalho em qualquer periódico comercial.

O *PubMed Central* é um *site* para de publicação eletrônica que oferece, de forma livre, acesso à literatura da área da saúde, tanto às já publicadas como às pré-publicadas. O *PubMed* foi lançado no ano de 2000.

### Alliance For Taxpayer Access – ATA

A *Alliance For Taxpayer Access* – ATA, reúne organizações não governamentais, cidadãos estadunidenses, institutos de pesquisas, médicos e outros setores da sociedade dos Estados Unidos interessados em promover o acesso aberto e irrestrito aos resultados de pesquisas financiadas por órgãos de fomento daquele país, defendendo que o dinheiro utilizado para tais financiamentos provém do contribuinte (*taxpayer*) (THE ALLIANCE FOR TAXPAYER ACCESS, 2008).

---

<sup>3</sup> <http://www.pubmedcentral.nih.gov/>

Para promover o acesso aberto a ATA apóia as práticas recomendadas pela OAI. Em seu *site*, a ATA destaca quatro princípios básicos defendidos pela Aliança. São eles:

- Os contribuintes têm o direito de acesso aberto, na internet, aos resultados de pesquisas financiadas por órgãos governamentais;
- O acesso aos resultados deve ser total e não parcial;
- Os meios para divulgação desses resultados devem ter baixo custo aos contribuintes, podendo-se utilizar preferencialmente a internet, e ;
- A ATA defende que com essas ações a produção científica terá maior visibilidade, o que acarretará em uma maior discussão, resultados e retorno financeiro.

A ATA não divulga em seu *site* ações ou práticas específicas destinadas aos órgãos de fomento, universidades ou institutos de pesquisa. Orienta os interessados a divulgarem seu apoio ao movimento por diversos meios, tais como divulgação de declarações públicas de apoio, endereçamentos de notas de apoio a membros do governo do país, divulgação de notícias referentes ao movimento de acesso aberto entre outros.

### ***American Library Association (ALA)***

A ALA é uma associação de bibliotecas norte-americanas que promove liderança no desenvolvimento e melhoria das bibliotecas e da profissão de bibliotecário, de forma a incrementar a educação e o acesso à informação para a sociedade. Os membros da ALA, em sua maioria, são bibliotecários norte-americanos (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2008).

A ALA estabelece políticas de acesso a informações eletrônicas, serviços e redes – direitos de acesso à informação ou fontes de informação e à privacidade a todos os usuários (BONFÁ et al. 2008).

Segundo os dados coletados no *site* mantido pela ALA, as orientações quanto às políticas de acesso livre mantêm-se em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas políticas do NHI e da ATA.



### ***Open Access Team for Scotland (OATS)***

Trata-se de uma declaração de apoio ao movimento de acesso aberto assinado por representantes de universidades escocesas, além de órgãos de fomento, representantes do governo e outros interessados no movimento de acesso aberto na Escócia.

A declaração dá ênfase à importância da publicação em ambiente digital dos resultados de pesquisas científicas daquele país e de todo o mundo. Critica o sistema de publicação tradicional principalmente por conta das altas taxas impostas pelas editoras. Defende energicamente a publicação dos resultados de pesquisas científicas realizadas na Escócia em ambiente de acesso livre, relatando que tal ambiente de publicação pode aumentar a visibilidade da produção científica escocesa. A declaração assegura que irá reunir esforços e seguir exemplos de outros países para que a produção científica daquele país seja publicada em ambiente de acesso livre (OPEN ACCESS TEAM FOR SCOTLAND, 2004).

As orientações emanadas do OATS configuram-se numa política bem delineada e bastante clara, entre as principais recomendações podem ser citadas as seguintes:

Órgãos de fomento:

- Exigir, como condição de concessão de bolsas, que os resultados das pesquisas sejam publicados em acesso aberto;
- Incentivar as editoras comerciais a publicarem periódicos a preços justos.

Universidades/Institutos de pesquisas:

- Criação de repositórios institucionais;
- Incentivar e, se for o caso, obrigar que os pesquisadores autoarquivem uma cópia de seus trabalhos em um repositório;
- Incentivar e, se for o caso, obrigar que os doutorandos depositem suas teses em um repositório.

Poder executivo:

- Reconhecer os benefícios do acesso livre para a comunidade;

- Reconhecer as iniciativas de acesso aberto como sendo boas iniciativas;
- Adotar papel de líder nesse processo, juntamente com governos de outros países.

### ***Recommendations for UK Open-Access Provision Policy***

Trata-se de uma declaração assinada por sete pesquisadores e professores das Universidades de *Southampton*, *Loughborough* e do *eScience*. Nela, os autores fazem uma breve abordagem sobre o movimento *Open Access* e suas vias de publicação – Via Verde e Via Dourada. Relatam o grande número de publicações científicas em todo o mundo, porém mostram que a grande maioria dessas publicações ainda se trata de periódicos comerciais e apontam que as publicações de acesso aberto ainda são poucas e crescem num ritmo bastante lento. Em seguida é feita uma série de comentários e recomendações que seriam, segundo os autores, necessárias para aumentar a publicação em acesso livre, dando maior visibilidade e acesso às pesquisas científicas feitas em todo o Reino Unido (HARNAD, 2003).

As principais ações propostas pela declaração são as seguintes:

Órgãos de fomento:

- Obrigar a publicação em acesso livre para os resultados das pesquisas financiadas;
- Implantar publicações em ambiente de acesso livre.

Universidade/Institutos de pesquisa:

- Adotar política ampla direcionando toda a publicação da instituição para ser publicada em ambiente de acesso livre;
- Orienta as bibliotecas a implantarem bibliotecas digitais e repositórios de autoarquivamento;
- Redirecionar cerca de 1/3 das verbas das bibliotecas para os programas de acesso livre.

Poder executivo:

- Criar políticas públicas para o financiamento de pesquisas científicas;
- Influenciar as políticas institucionais por intermédio de políticas de financiamento.

## ***Joint Information System Committee – JISC***

O *Joint Information System Committee* – JISC foi criado em 1993. Trata-se de um órgão que trabalha com o uso de novas tecnologias de comunicação e informação (TIC's) destinadas ao ensino e pesquisa da comunidade britânica. O *Committee* divulga em seu *site* uma cartilha que informa aos interessados os benefícios da adesão ao acesso aberto (*JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE*, 2009).

Amparados pelo JISC foram publicados os FoIA, *Freedom of Information Act*, em 2000 e 2002. Esses atos referem-se às responsabilidades e ações esperadas dos governos dos países que compõem o Reino Unido. O FoIA 2000 aplica-se à Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte. FoIA 2002 trata da Escócia (*JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE*, 2009b).

Além disso, o *JISC Repositories and Preservation Programme* desenvolve ações de incentivo à adoção de *softwares* livres, de repositórios de acesso livre e aberto por instituições de ensino superior, por intermédio de financiamentos para desenvolvimento de infraestrutura, fóruns de discussão e encontros especializados, direcionados à comunidade do Reino Unido (*JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE*, 2009b).

Os resultados esperados pelo programa são:

- Desenvolvimento futuro e popularização de serviços de repositório;
- Implementação da infraestrutura de repositórios digitais do Reino Unido;
- Refinamento na aplicação de padrões e especificações para repositórios digitais e preservação;
- Desenvolvimento de novos *softwares* e ferramentas para uso em repositórios digitais e preservação;
- Incremento da compreensão do uso dos repositórios e de sua importância no apoio à educação e pesquisa;
- Implementação de projetos e modelos piloto como recursos para preservação de infraestrutura compartilhada;

- Clarificação das regras e responsabilidades no âmbito dos serviços de preservação digital (*JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE*, 2009b).

## **Considerações finais**

Os resultados apresentados mostram que Estados Unidos e Reino Unido estão entre os países que mais concentram esforços que vão ao encontro da filosofia do movimento de acesso aberto. Órgãos de fomento, governo, pesquisadores e outros setores da sociedade se mostram interessados e, de fato, se mobilizam em favor do acesso aberto.

Pode-se observar que as políticas elaboradas por órgãos do Reino Unido se mostram mais delineadas e organizadas, muito embora elas apareçam como orientações e não como políticas mandatárias como é o caso do *National Institute of Health* (NHI), órgão norte-americano que exige, por lei, o depósito de resultados de pesquisas financiados com dinheiro público em um canal de acesso aberto.

Alguns órgãos como a ALA, por exemplo, não disponibilizam em suas páginas muitas informações acerca de suas ações e orientações, entretanto, a ALA aponta que apóia e reúne esforços juntamente com o NHI. Esse fato mostra que, mesmo não tendo uma política bem delineada, o órgão adota uma postura favorável ao movimento de acesso aberto ao declarar sua adesão às estratégias propostas pelo NHI que, por sua vez, mantém postura enérgica ao abrigar a adesão de pesquisadores à publicação em acesso aberto.

## Referências

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Mission and history. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/aboutala/missionhistory/index.cfm>> Acesso em: 12 maio 2009.
- BONFÁ, C. R. Z. et al. Acesso livre a informação científica digital: dificuldades e tendências. *TransInformação*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 309-318, set./dez., 2008.
- BURGER, R. H. *Information policy: a framework for a evaluation and policy research*. Ablex: Norwood, NJ, 1993.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, S.M.S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n.2, p. 39-50, maio/ago. 2006.
- GÓMEZ, M. N. G. de. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 31, p. 27 – 40, 2002.
- HARNAD, S. *Recommendations for UK open-access provision policy*. 2003. Disponível em: <<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Temp/UKSTC.htm>> Acesso em 01 Dez. 2008.
- JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE – JISC. 2009. Disponível em: <<http://www.jisc.ac.uk>> Acesso em: 21 maio 2009.
- JOINT INFORMATION SYSTEM COMMITTEE – JISC. *Repositories and Preservation Programme*. 2009b Disponível em: <<http://www.jisc.ac.uk/whatwedo/programmes/reppres.aspx>> Acesso em: 21 maio 2009.
- MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K. Política de informação no Brasil: mercado informacional versus diversidade cultural – uma análise sob a ótica da legislação de telecomunicações e radiodifusão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/cd/6%20-%20Trabalhos%20em%20PDF/GT5/Poster/1897%20-%20Política%20de%20informação%20no%20Brasil%20-mercado%20infor....pdf>> Acesso em: 04 mar. 2008. Acesso em: 01 out. 2008
- OPEN ACCESS TEAM FOR SCOTLAND. 2004. Disponível em: <<http://scur.ac.uk/WG/OATS/docs/oadeclfinal.doc>> Acesso em: 13 nov. 2008.
- SARMENTO, M. F. S. et al. *Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre*. 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/4282>> Acesso em: 25 out. 2007
- SILVA, T. E. da; ALCARÁ, A. R. Políticas de acesso aberto à informação científica: iniciativas governamentais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 9., 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br>> Acesso em: 20 jan. 2009.
- THE ALLIANCE FOR TAXPAYER ACCESS. 2008. Disponível em: <<http://www.taxpayeraccess.org>> Acesso em: 14 dez. 2008